



Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo

ISSN: 2591-2755

revistalat@conicet.gov.ar

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
(CONICET)

Argentina

Santana Previtali*, Fabiane; Ribeiro Carrijo**, João Pedro
Mulheres em formação e o trabalho qualificado: experiências
de estudantes de direito no mercado de trabalho
Revista Latinoamericana de Antropología del
Trabajo, vol. 9, núm. 19, 2025, Enero-Junio, pp. 1-21
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
Buenos Aires, Argentina

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=668082222008>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la academia

Dossier **CUIDADOS, TRABAJO Y SOSTENIBILIDAD DE LA VIDA**

ARK: <https://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25912755/fcamkwhnp>

Mulheres em formação e o trabalho qualificado: experiências de estudantes de direito no mercado de trabalho

Fabiane Santana Previtali*

<https://orcid.org/0000-0002-8079-5557>

Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
fabiane.previtali@gmail.com

João Pedro Ribeiro Carrijo**

<https://orcid.org/0009-0005-2489-6117>

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
joaopedroribeirocarrijo@hotmail.com

Recibido: 04-02-25

Aceptado: 19-05-25

* Doutora em Ciências Sociais. Pós-doutora (Universidade Nova de Lisboa - UNL/Portugal, 2014, apoio Capes). Pós-doutora (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP). Professora titular no INCIS/ UFU. Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação - FACED/UFU e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Atualmente é bolsista CNPq/PQ.

** Estudante de graduação em Direito na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2020-2025). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito e Ciências Sociais. Atualmente é bolsista PIBIC/CNPQ. É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTEs).

Resumo. Este estudo investiga a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil contemporâneo, com ênfase no setor de serviços mais qualificados. Nesse sentido, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica e análise documental como principais métodos. Dito isso, os resultados apontam a persistência de profundas desigualdades de gênero no mercado de trabalho, evidenciadas em práticas como assédio, discriminação, objetificação da mulher e a sobrecarga decorrente da dupla jornada, que combina trabalho remunerado e tarefas domésticas. Desse modo, com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético das relações sociais (perspectiva teórica marxista), conclui-se que as possibilidades de emancipação feminina são restritas no contexto do sistema capitalista, uma vez que este mantém e reproduz as estruturas de opressão e desigualdade. Por conseguinte, qualquer transformação significativa em direção à igualdade de gênero requer a construção de uma nova forma de sociabilidade, fundamentada em valores coletivos e na superação das relações de exploração.

Palavras-chave: direito; trabalho; mulheres

Women in training and qualified work: experiences of law students in the labor market

Abstract. This study investigates the issue of women's insertion in the job market in contemporary Brazil, with an emphasis on the more qualified services sector. In this sense, the research adopts a qualitative and exploratory approach, using semi-structured interviews, bibliographic review and documentary analysis as the main methods. That said, the results point to the persistence of profound gender inequalities in the labor market, evidenced in practices such as harassment, discrimination, objectification of women and the overload resulting from double shifts, which combine paid work and domestic tasks. Thus, based on the perspective of dialectical historical materialism of social relations (theoretical marxist perspective), it is concluded that the possibilities for female emancipation are restricted in the context of the capitalist system, since it maintains and reproduces structures of oppression and inequality. Therefore, any significant transformation towards gender equality requires the construction of a new form of sociability, based on collective values and overcoming exploitative relationships.

Keywords: Law; Work; Women



Mujeres en formación y trabajo cualificado: experiencias de estudiantes de derecho en el mercado laboral

Resumen. Este estudio investiga la cuestión de la inserción de las mujeres en el mercado laboral en el Brasil contemporáneo, con énfasis en el sector de servicios más calificado. En este sentido, la investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, utilizando como métodos principales la entrevista semiestructurada, la revisión bibliográfica y el análisis documental. Dicho esto, los resultados apuntan a la persistencia de profundas desigualdades de género en el mercado laboral, evidenciadas en prácticas como el acoso, la discriminación, la cosificación de las mujeres y la sobrecarga resultante de la doble jornada, que combina trabajo remunerado y tareas domésticas. Así, a partir de la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico de las relaciones sociales (perspectiva teórica marxista), se concluye que las posibilidades de emancipación femenina están restringidas en el contexto del sistema capitalista, ya que mantiene y reproduce estructuras de opresión y desigualdad. Por tanto, cualquier transformación significativa hacia la igualdad de género requiere la construcción de una nueva forma de sociabilidad, basada en valores colectivos y la superación de relaciones de explotación.

Palabras clave: derecho; trabajo; mujeres

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a relação contemporânea entre a mulher e o mercado de trabalho, investigando como o capitalismo integra a força de trabalho feminina no processo de acumulação de capital. A partir dessa perspectiva, o estudo busca apresentar os impactos e as consequências do modelo de emprego da força de trabalho feminina, examinando como o trabalho realizado pelas mulheres se reflete em sua percepção de qualidade de vida.

Embora as participantes desta pesquisa ainda não estejam plenamente inseridas no mercado de trabalho como profissionais formadas, elas ocupam funções e espaços no interior de instituições jurídicas que exigem competências técnicas específicas, sendo, portanto, parte integrante da engrenagem do chamado “trabalho qualificado”. Assim, suas experiências antecipam dinâmicas laborais que incidirão de modo ainda mais intenso após a conclusão do curso, o que justifica sua escolha como objeto empírico deste estudo.

Nesse sentido, a análise da inserção de mulheres no trabalho qualificado exige, conforme esta pesquisa, uma leitura articulada entre a crítica ao modo de produção capitalista e as mediações específicas de gênero e raça (Kergoat, 2010). Se-

guindo Carrijo e Previtali (2014), a degradação da qualidade de vida no trabalho contemporâneo não pode ser compreendida dissociada das formas de exploração e controle próprias da reestruturação produtiva, especialmente quando recaem sobre os corpos femininos. Assim, o materialismo histórico-dialético, ao fornecer uma análise da totalidade social, permite compreender como essas dimensões se integram na reprodução ampliada das desigualdades no trabalho.

Para tanto, a presente pesquisa se utilizou de entrevistas para analisar e compreender as experiências de vida e as histórias das mulheres entrevistadas e de que modo elas se interseccionam com o mundo do trabalho.

Dito isso, para avaliar de que modo o mercado de trabalho reflete na vida do gênero feminino, utilizou-se o conceito de qualidade de vida. Assim, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida é determinada pela percepção individual sobre si mesmo, considerando o contexto cultural, crenças, metas, expectativas e preocupações (Saupe et al., 2004). Dessa forma, a qualidade de vida não pode ser considerada um conceito universal, pois varia de acordo com a percepção subjetiva de cada indivíduo sobre sua própria vida.

Além disso, a literatura predominante converge para a ideia de que a qualidade de vida está intrinsecamente relacionada à autoavaliação e à percepção individual. No entanto, essa abordagem subjetiva pode ser influenciada por fatores sociais, culturais e econômicos, introduzindo vieses nessa autopercepção (Minayo et al., 2000).

Dito isso, para investigar a dinâmica entre mulher, trabalho e seus impactos, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com estudantes que trabalham do gênero feminino do curso de Direito de uma universidade federal brasileira. O objetivo foi compreender as nuances da relação entre as mulheres e o mercado de trabalho, explorando suas experiências e percepções sobre a inserção feminina nesse contexto.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão da relação entre as mulheres e o mercado de trabalho, as entrevistas foram estruturadas para investigar o perfil sociodemográfico das participantes, suas percepções sobre a experiência no curso de Direito e a organização do processo de trabalho em seus empregos.

Além disso, as entrevistas buscaram explorar as condições e relações de trabalho vivenciadas pelas participantes, bem como a influência do trabalho em sua saúde e bem-estar. Em uma etapa subsequente, os resultados e achados da pesquisa foram analisados e discutidos à luz do referencial teórico pertinente ao tema.

Isto posto, para compreender as condições atuais da relação entre a mulher e o mercado de trabalho, é fundamental retornar brevemente a origem histórico e sociológica da inserção feminina no mundo do trabalho produtivo. Analisar as transformações e os desafios enfrentados pelas mulheres naquele período permite uma compreensão mais profunda da dinâmica atual e das desigualdades ainda presentes.

A partir do século XIX, com o advento da grande indústria, ocorre uma transformação fundamental na composição da força de trabalho coletiva. Diferentemente do período da manufatura, a divisão do trabalho passa a se basear, sempre que possível, na contratação de mulheres e crianças de todas as idades, ou seja, na utilização de "força de trabalho barata" (Marx, 1990: 590).

Neste Marx (1990: 592) profere, para exemplificar a condição degradante que esses(as) novos(as) trabalhadores(as) estavam inseridos, que, nas fábricas de ferragens de Birmingham e arredores, cerca de 30.000 crianças e jovens, além de 10.000 mulheres, eram empregados, em sua maioria, em trabalhos extremamente pesados. Eles podiam ser encontrados em uma variedade de atividades insalubres, como fundições de latão, fábricas de botões, trabalhos de esmaltação, galvanização e laqueação. Devido ao trabalho excessivo imposto aos seus funcionários, tanto adultos quanto menores de idade, algumas empresas londrinas de impressão de jornais e livros ganharam a infame reputação de "matadouros".

Ainda, neste mesmo contexto, excessos semelhantes ocorriam na encadernação, onde as vítimas eram principalmente mulheres, meninas e crianças; jovens eram submetidos a trabalhos pesados em cordoarias e trabalho noturno em minas de sal, fábricas de velas e indústrias químicas; jovens são explorados até a exaustão operando teares na tecelagem de seda, quando esta não é realizada por máquinas. Uma das atividades mais vergonhosas, insalubres e mal remuneradas, na qual mulheres e meninas eram preferencialmente empregadas, era a seleção de trapos (Marx, 1990: 592).

De forma similar, ainda demonstra Marx (1990: 593), que em uma olaria em Moxley, por exemplo, uma jovem de 24 anos costumava produzir 2.000 tijolos por dia, auxiliada por duas meninas que transportavam a argila e empilhavam os tijolos. Diariamente, essas meninas carregavam 10 toneladas de argila pelas encostas escorregadias das covas de argila, a uma profundidade de 9 metros, e depois por uma distância de 64 metros.

Nesta perspectiva, ainda para exemplificar a degradação do trabalho feminino e infantil, Marx (1990: 596) descreve a situação de uma indústria doméstica. Neste caso, a produção era realizada em ambientes domésticos precários, conhecidos

como "casas de senhoras", ou nas residências das próprias trabalhadoras, muitas vezes com a participação de crianças a partir dos cinco anos de idade. Essas mulheres e crianças enfrentavam longas jornadas de trabalho, de até 16 horas diárias em períodos de alta demanda, em espaços superlotados e insalubres, com ventilação insuficiente e iluminação a gás. As condições de trabalho eram marcadamente inferiores, inclusive, até para os padrões mínimos de espaço estabelecidos para soldados e pacientes em instituições militares da época.

Dessa forma, os exemplos apresentados por Marx (1990) evidenciam a exploração extrema da força de trabalho de mulheres e crianças durante o século XIX. A utilização da força de trabalho em condições insalubres e a imposição de jornadas extenuantes revelam a desumanização sofrida desde aquela época pelas trabalhadoras, reduzidas a meros instrumentos para a acumulação de capital. Assim, pode-se afirmar que a incorporação de mulher no mundo do trabalho serviu como forma de reduzir os custos da força de trabalho (Marx, 1990: 599).

Delineado a situação da mulher naquele contexto, na contemporaneidade, muitas das características de inferioridade do trabalho realizado pelas mulheres permanecem. Saffioti (1987) afirma, por exemplo, que, a crescente inserção feminina no mercado de trabalho, não se reflete na equiparação salarial. As mulheres continuam a receber remunerações inferiores às dos homens, além de enfrentarem desigualdades no acesso a direitos trabalhistas e sociais.

Portanto, este artigo se propõe a analisar criticamente a situação da mulher no mercado de trabalho contemporâneo, com base em entrevistas realizadas em uma universidade federal brasileira. A partir de uma perspectiva crítica, o estudo busca desvendar as nuances, contradições e desafios que permeiam a trajetória das mulheres brasileiras, com ênfase nas profissionais qualificadas do setor de serviços. Através da análise das entrevistas e da literatura relevante, o artigo investigará o impacto da crescente inserção feminina no mercado de trabalho e os obstáculos que ainda persistem na busca por uma sociedade mais justa e igualitária para todos os gêneros.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida com o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão de bolsa de iniciação científica ofertada pelo EDITAL DIRPE N° 2/2023 - PIBIC. O projeto foi submetido à apreciação ética e obteve a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade, conforme Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n°

58917622.7.0000.5152. As atividades de pesquisa foram realizadas entre o segundo semestre do ano de 2023 e o primeiro semestre do ano de 2024.

Metodologicamente, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, tendo como principal instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas semi-estruturadas, bem como pesquisa bibliográfica e análise documental. As entrevistas ocorreram presencialmente com três estudantes do gênero feminino, regularmente matriculadas no curso de Direito de uma universidade pública. Todas as participantes foram informadas detalhadamente sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, tendo manifestado consentimento por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram devidamente gravadas com a anuência das entrevistadas, e os áudios, posteriormente, foram transcritos para fins de análise. Esse procedimento garantiu o rigor ético e metodológico indispensável ao desenvolvimento do trabalho acadêmico.

Isto posto, a escolha por uma amostra qualitativa reduzida, composta por três estudantes, está pautada na proposta de uma análise aprofundada, com base em entrevistas semiestruturadas, conforme sugerem Minayo (2014) e Bauer e Gaskell (2017). Assim, as participantes foram selecionadas com base em critérios de disponibilidade, inserção simultânea em atividades acadêmicas e profissionais, e vínculo com o curso de Direito. Todas se autodeclararam mulheres e trabalham em setores diversos do mercado de serviços.

Dessa forma, ainda que a amostra de três entrevistadas não permita generalizações estatísticas, sua seleção foi orientada por critérios qualitativos que buscam captar a complexidade das experiências femininas no mundo do trabalho. Como já apontado por Antunes (2005), a feminização do trabalho configura-se como um fenômeno estrutural no mercado de trabalho brasileiro, o que justifica o recorte adotado. Além disso, a intencional inclusão de mulheres autodeclaradas negras, por meio de uma abordagem consubstancial, assegura a representatividade das experiências historicamente marginalizadas na análise crítica do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007).

Ainda, as entrevistas que fundamentam esta pesquisa foram selecionadas com base na relevância da categoria "gênero" para a compreensão das dinâmicas do trabalho no contexto brasileiro e latino-americano. Conforme destaca Santos (2002: 145), o processo de feminização do trabalho constitui uma característica marcante do atual mercado laboral no país, evidenciando a centralidade da mulher na reconfiguração das relações produtivas. Assim, optou-se por entrevistar três estudantes do gênero feminino, regularmente matriculadas no curso de

Direito de uma universidade pública, tendo em vista que estas se encontram em um espaço de formação profissional de alta qualificação e, simultaneamente, enfrentam as contradições próprias da inserção laboral precoce. A escolha por estudantes trabalhadoras visa justamente captar as experiências que emergem dessa dupla condição – de formação e de inserção no mercado –, especialmente atravessadas por desigualdades de gênero, classe e raça.

Para a análise dos documentos e dos textos, foi adotada uma abordagem qualitativa, de campo e documental, orientada pelo materialismo histórico-dialético. Este fundamento teórico é essencial para as Ciências Sociais e para o Direito devido ao seu caráter abrangente na análise dos fenômenos sociais, situando-os na "totalidade sócio-histórica" que os conforma, e sua ligação com a práxis social transformadora, uma vez que nosso conhecimento progride da superfície à 'substância' das coisas (Lefebvre, 1991: 222).

Nesse sentido, a análise documental constitui-se como uma metodologia de pesquisa que se fundamenta na investigação aprofundada de diversos tipos de documentos, com o intuito de extrair informações relevantes para o objeto de estudo. Em outras palavras, a análise documental pode ser compreendida como um conjunto de procedimentos intelectuais que visam descrever e representar documentos de forma sistemática e integrada, otimizando sua recuperação e análise (Iglesias; Gómez, 2004).

Essencialmente, o tratamento documental busca elaborar uma descrição e representação do conteúdo dos documentos, de maneira distinta de sua forma original, com o propósito de facilitar a busca e possibilitar o compartilhamento, disseminação e utilização das informações neles contidas (Iglesias; Gómez, 2004).

Ademais, o objeto desta pesquisa é o estudo das relações dinâmicas entre o sujeito entrevistado para com a sua atividade laboral e os processos de subjetivação derivados dessa relação (Mendes, 2007). O acesso a essas relações dinâmicas ocorre por meio da palavra. É através da expressão verbal que se torna possível ressignificar o sofrimento, permitindo seu reconhecimento e discussão, o que, por sua vez, permite as análises teóricas e críticas desta pesquisa.

Essa expressão verbal não existe isoladamente; ela precisa ser manifestada. Mendes (2007: 24) argumenta que "a solução para a problemática da transformação do sofrimento é o espaço público da fala, que reflete o trabalho vivo, as dinâmicas intersubjetivas e a política. Isso implica um espaço de opiniões, eventualmente contraditórias, que podem ser livremente formuladas e publicamente declaradas". Nesse sentido, as entrevistas oferecem um espaço para a elaboração

e expressão do sujeito entrevistado sobre sua vivência na faculdade e no trabalho. Isso permite que a pessoa possa refletir sobre como esses campos atuam sobre a sua qualidade de vida.

Entretanto, essa fala gera resistências. Escutar implica um risco, conforme observado por Dejours (2004, 2007). É um risco de liberar conteúdos inconscientes, reconhecer o sofrimento e modificar a organização do trabalho. Também é um risco de combater a dinâmica de alienação imposta pela organização do trabalho. Nesse contexto, é essencial adotar precauções éticas para evitar consequências adversas decorrentes da pesquisa. A não identificação dos sujeitos ou da instituição é uma estratégia para produzir conhecimento sem que os participantes tenham que arcar com um custo desproporcional ao esforço de geração desse conhecimento.

Adicionalmente, a análise dos dados foi conduzida seguindo os princípios da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977). Nesse contexto, os dados foram organizados da seguinte maneira: 1) realização de uma pré-leitura dos documentos para obter uma visão geral; 2) leitura seletiva para identificar as informações relevantes para os objetivos da pesquisa; 3) categorização dos dados identificados, agrupando e classificando-os por similaridade com base na leitura seletiva; e 4) análise descritiva e reflexiva dos dados (Bardin, 1977).

Outrossim, a análise das entrevistas foi conduzida conforme a abordagem da análise crítica do discurso proposta por Fairclough (2016), a qual permite compreender como as práticas discursivas estão imbricadas nas estruturas sociais e contribuem para sua reprodução ou transformação.

Por fim, as categorias analíticas foram construídas a partir de hipóteses previamente delineadas por estudos anteriores no campo do trabalho e das desigualdades de gênero. Destacam-se, nesse sentido, os achados de Carrijo e Previtali (2024) e de Perotta et al. (2021), que demonstraram que o gênero opera como um fator de agravamento das condições de vida das mulheres trabalhadoras, e de Previtali e Fagiani (2014), que identificaram o papel central das tecnologias na intensificação do controle do trabalho no capitalismo contemporâneo. Essas referências forneceram o fundamento teórico-metodológico para organizar e interpretar os relatos das entrevistadas, em sua dimensão material e simbólica.

Portanto, o processo de análise documental foi estruturado em etapas distintas: a coleta e organização dos dados, baseada em uma leitura minuciosa do material utilizando os princípios da análise de conteúdo; e a avaliação crítica do documento, que abrange a identificação, descrição e discussão, elaboração de resumos, identificação de temas recorrentes, codificação, destaque do núcleo central

das informações, desvendamento de significados, interpretação e inferência (Moreira, 2005).

Para concluir, o presente estudo apresenta como benefício a oportunidade de uma melhor compreensão da condição da mulher estudante e trabalhadora no Brasil contemporâneo.

A seguir, na próxima seção, será discorrido e analisado, de forma aprofundada, as principais mudanças, principalmente em termos condição de gênero e reflexos desse na vida pessoal e profissional das mulheres.

QUANDO A QUALIDADE DE VIDA DAS ESTUDANTES E TRABALHADORAS REVELA A CONDIÇÃO DE GÊNERO

As entrevistas conduzidas neste artigo foram realizadas com três estudantes do curso de Direito de uma universidade federal. As três pessoas entrevistadas são do gênero feminino, por se compreender, com base no Censo da Educação Superior 2020, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2022), que as mulheres como são a maioria no Ensino Superior brasileiro.

Além disso, como revela a análise documental de dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), há uma tendência consistente de crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, especialmente em setores marcados pela precarização e pela informalidade (Santos, 2002). Essa feminização não apenas caracteriza a atual configuração do trabalho na América Latina, mas também evidencia a urgência de análises consubstanciais que articulem gênero e classe, a fim de apreender os múltiplos níveis de desigualdade que estruturam o mundo laboral contemporâneo.

Nesse âmbito, deve ser dito que a análise consubstancial (Kergoat, 2010) das relações sociais tem se mostrado imprescindível para compreender as múltiplas determinações do trabalho na sociedade capitalista. Autoras como Kergoat (2010) e Hirata (2002) defendem que as relações de classe, gênero e raça não se sobrepõem de modo aditivo, mas se constituem de forma consubstancial, ou seja, são simultaneamente estruturantes e indissociáveis. Em consonância com essa perspectiva, a presente pesquisa priorizou a escuta de mulheres estudantes trabalhadoras, entre as quais duas se autodeclararam pretas/pardas. Tal recorte busca evidenciar como essas opressões se entrelaçam nas experiências concretas das entrevistadas, reforçando a necessidade de se pensar a totalidade das relações sociais de dominação.

Aliado a isso, a escolha dessas estudantes se ancora também em Braverman (1981), que constatou, no setor de serviços, a presença majoritária das mulheres. Ainda, de acordo com Abreu et al (2016), nos campos de trabalho mais profissionalizados os desafios e dificuldades são majoritariamente assumidos pelo público feminino, como é o caso dos hiatos salariais de gênero (Braverman, 1981) e da limitação para esse grupo aos cargos de decisão nas empresas (Huws, 2017).

Além disso, optou-se por entrevistar, das três selecionadas, duas estudantes autodeclaradas preta e parda, pois, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (Brasil, 2020), a população brasileira é constituída majoritariamente por negros, por mais que no ensino superior ainda sejam a minoria.

Braverman (1981) salienta que, desde os anos 1970, tem crescido a presença de pessoas não-brancas e jovens no setor de serviços, tal como é o caso das alunas estudadas nesta pesquisa. Braverman (1981) também destaca que os trabalhadores não brancos formam o estrato mais sub-remunerado, marginalizado, pauperizado e desempregado da classe trabalhadora.

Sendo assim, o artigo compreende, então, que, uma mulher negra trabalhadora não é necessariamente mais oprimida do que uma mulher branca da mesma classe social, mas vivencia a opressão a partir de uma perspectiva que oferece um ponto de vista diferente sobre o que significa ser mulher em uma sociedade desigual, racista e sexista (Bairros, 1995).

Desse modo, reforça-se a que a visão de Bairros (1995) deve ser analisada à luz da crítica da consubstancialidade (Kergoat, 2010). Isto é, não se trata de hierarquizar opressões, mas ressaltar que as formas de dominação operam a partir de lugares históricos e sociais distintos, que conferem sentidos específicos às experiências de opressão.

Isto dito, deve-se delinear o perfil das três pessoas entrevistadas na pesquisa. A primeira, que será tratada daqui em diante de Entrevistada 1, é uma estudante de 21 anos, do gênero feminino, autodeclarada preta, cuja educação básica foi realizada em escola pública, bem como seu ensino fundamental um e ensino médio; já o ensino fundamental dois, foi realizado em escolas privadas (com bolsa). Ainda, a cidade de origem dessa é outra que não a do curso que realiza. O estado civil dessa, no momento da pesquisa, é de solteira. No curso de Direito, está matriculada no sexto período noturno e realiza estágio remunerado, de forma concomitante a faculdade, no setor jurídico de um conglomerado de postos de combustível e restaurantes rodoviários.

A segunda, que será tratada daqui em diante de Entrevistada 2, é uma estudante de 28 anos, do gênero feminino, autodeclarada parda, cuja educação básica foi realizada em escola pública, bem como seu ensino fundamental um, dois e ensino médio. Ainda, a cidade de origem é diferente daquela onde realiza o curso de Direito. O estado civil dessa, no momento da pesquisa, é de solteira. No curso de Direito, está matriculada no sétimo período matutino e realiza estágio remunerado, de forma concomitante a faculdade, no Tribunal da cidade, desempenhando funções administrativas e de apoio jurídico.

A terceira, que será tratada daqui em diante de Entrevistada 3, é uma estudante de 24 anos, do gênero feminino, autodeclarada branca, cuja educação básica foi realizada em escola pública, bem como o ensino fundamental um, dois e ensino médio. De forma diversa das demais, a cidade de origem é a mesma onde cursa a faculdade de Direito. O estado civil dessa, no momento da pesquisa, é de solteira. No curso de Direito, está matriculada no sexto período noturno, realiza estágio remunerado em um escritório de advocacia e também exerce atividade remunerada em outra instituição da área jurídica de forma concomitante a faculdade.

A partir de agora, por meio das falas das entrevistas pertinentes ao tema do artigo será evidenciado como a condição de gênero se reflete no mundo de trabalho e de que forma as suas vidas são impactadas.

Assédio e discriminação no ambiente de trabalho

A Entrevistada 1 diz ter presenciado assédios (sejam eles em suas mais diversas modalidades) no seu ambiente de trabalho em diversas ocasiões, como é o caso de cenas de humilhação, especialmente quando alguém não cumpria com as tarefas designadas, ela relata. Ainda, ela reforça: “Sinto que preciso provar o tempo todo que sou competente. Já vi colegas homens sendo valorizados por coisas que, quando eu faço, parecem obrigação”.

Barreto (2013: 18) destaca a universalidade da exposição ao assédio no ambiente de trabalho, ressaltando que, embora frequentemente direcionado a um indivíduo específico, seus efeitos reverberam sobre todo o coletivo. Sendo uma ferramenta de gestão, sua prática, apesar de personificada em figuras de autoridade, como chefes ou supervisores, está alinhada às diretrizes que regem o trabalho coletivo na organização (Barreto, 2013; Barreto e Heloani, 2013; Gaulejac, 2007). Essas práticas funcionam como instrumentos de gestão que, através da pressão institucionalizada, buscam garantir o aumento contínuo da produtividade e a marginalização daqueles considerados obstáculos para sua plena realização.

De forma específica ao assédio sexual, a Entrevistada 3 conta ter passado pessoalmente por esse tipo de situação. Para exemplificar, ela relata que, na ocasião do assédio sofrido, contou ao coordenador do seu trabalho, com quem tem um bom relacionamento, que sentia medo de subir no elevador. O coordenador, homem, não entendeu o motivo, já que não houve nenhuma consumação física, e ainda questionou o motivo pelo qual a pessoa se sentia acuada e com medo. Nos dizeres da Entrevistada 3: “Cara, eu tinha medo porque eu sendo mulher eu sei o que o homem pode fazer comigo”.

Segundo Huws (2017), devido às tensões inerentes ao ambiente de trabalho e ao sistema de poder permeado por questões de gênero, como evidenciado por casos de assédio moral e físico, a qualidade de vida das mulheres tende a ser consideravelmente prejudicada. Além disso, nos setores onde a presença masculina é predominante, é comum observar uma intensificação dessas formas de agressão e abuso.

Em outro momento, a Entrevista 1, de forma correlata a Braverman (1981), afirma que presencia nos últimos anos um aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho. Entretanto, na sua visão, essa mudança se reflete apenas como uma aparência das empresas em quererem transmitir uma imagem melhor delas mesmas diante da sociedade.

Quando perguntada como ela enxerga essa crescente inserção da mulher no mundo laboral, a Entrevistada 2 afirma que, para a mulher, tudo é mais difícil, até mesmo ser ouvida e expressar sua opinião. Na sua visão, uma mulher que fala bem e se expressa com clareza é malvista, enquanto uma mulher que se impõe é considerada arrogante e metida. Enquanto, para o homem, na sua visão, a situação é diferente, as portas parecem se abrir mais facilmente.

Dessa forma, a Entrevistada 2 diz que não incomum que as mulheres em seu ambiente de trabalho sejam questionadas sobre seu estado civil. Além disso, afirma que aquelas que expressam opiniões “fortes”, são frequentemente questionadas e deslegitimadas, enquanto o homem não enfrenta o mesmo tipo de julgamento. No ambiente de trabalho, “a mulher precisa se esforçar em dobro para alcançar o mesmo reconhecimento que o homem”.

A esse respeito, Huws (2017) afirma que, à medida que as mulheres ocupam espaços profissionais antes predominantemente masculinos, conflitos e tensões emergem naturalmente nesses ambientes.

Implicações para a saúde e o bem-estar

Nesse âmbito, a Entrevista 3 acrescenta que, no geral, as mulheres, em comparação com os homens, “tem muito mais coisa para se preocupar”. De acordo com ela, a mulher enfrenta demandas adicionais em relação à aparência, como cuidar das unhas e sobrancelhas, enquanto o homem não costuma ter essa preocupação. A escolha da roupa também é um fator relevante para a mulher no ambiente de trabalho. Além disso, as variações hormonais do ciclo menstrual, como tensão pré-menstrual (TPM) e cólicas, podem afetar o humor e o desempenho profissional. A pessoa relata não se tornar mal-humorada, mas conhece amigas que precisam forçar um sorriso mesmo sem vontade, o que prejudica sua experiência no trabalho.

Em relação aos aspectos psicológicos, uma revisão sistemática conduzida por Dyrbye et al. (2006) com estudantes de medicina revelou que o estresse psicológico pode ser mais prevalente entre as mulheres. De modo similar, estudo realizado por Perotta et al. (2021) corrobora com esses achados, demonstrando que as mulheres apresentam menor qualidade de vida que os homens, e, por outro lado, maiores sintomas de ansiedade e depressão quando comparadas com seus pares masculinos.

Desse modo, a Entrevistada 3 acrescenta que, no geral, os homens não se solidarizam e não sentem empatia pelas situações passadas pelas mulheres por conta de sua constituição biológica: “o homem não tem noção do quanto que dói uma cólica numa mulher”.

Desse modo, Souza-Lobo (2021: 260) profere que, tratando-se das mulheres, as especificidades do gênero, geram desigualdades para elas. Além disso, sempre que possível, diversas outras "especificidades" também são utilizadas como argumentos para justificar as diferenças de tratamento, desigualdades e opressões sofridas pelo gênero feminino (Souza-Lobo, 2021: 260).

Aliado a isso, segundo Huws (2017), as tensões decorrentes do mundo do trabalho e do sistema de poder de gênero, como assédios morais e físicos, impactam negativamente a qualidade de vida das mulheres. Em setores com maior predominância masculina, essas agressões tendem a ser mais intensas. Além disso, a dupla jornada de trabalho, que combina atividades remuneradas com responsabilidades domésticas não remuneradas, contribui para o desgaste físico e emocional das mulheres.

A objetificação do corpo feminino

No seu local de trabalho, a Entrevistada 2 relata que há apenas uma juíza entre doze juízes, o que demonstra a desigualdade de gênero ainda presente na socie-

dade. No seus dizeres: “o respeito à mulher, muitas vezes, é apenas superficial, mascarado pelo cinismo. A roupa que a mulher veste pode atrair olhares com conotação sexual, evidenciando a objetificação feminina”. Ela ainda reforça: “Além de trabalhar bem, esperam que eu esteja sempre arrumada e sorridente. É como se ser mulher exigisse uma performance extra o tempo todo.”

No que tange a relação da mulher com seus aspectos físicos, os dados encontrados identificados por meio de pesquisas realizadas na França em 1996 (Bourdieu, 2003), verificou que as mulheres expressaram dificuldades em aceitar o próprio corpo. Em outras palavras, a sociedade, de diferentes maneiras, oprime e se aproveita da condição física feminina, ao ponto de essa demonstrar uma negativa percepção em relação ao aspecto físico de si.

Bourdieu (2003) argumenta que a autopercepção negativa do gênero feminino é resultado de mecanismos históricos que perpetuam a divisão sexual e suas consequências na subjetividade das mulheres. Essas determinações são construídas e reproduzidas por instituições interligadas, como igrejas, escolas, família e mídia, naturalizando relações de poder historicamente desiguais entre os gêneros.

A sobrecarga e a dupla jornada

A Entrevistada 2 diz que, no seu ambiente laboral, a maioria das pessoas terceirizadas e que prestam serviços com baixa qualificação são mulheres. Demonstrando, assim, o caráter sexista desse tipo de trabalho. A Entrevistada 3 corrobora esses dados ao proferir que, em seu trabalho, todos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) são mulheres. Inclusive, acrescenta que nos serviços mais qualificados a maioria são do gênero masculino, e nos menos a maioria são do feminino: “é só mulher que cuida da faxina, mas quem cuida do TI (tecnologia da informação) é homem”. Em outro momento da entrevista: “a questão de limpeza é tudo mulher”.

Ainda, se os postos de trabalho precarizados nessa empresa são majoritariamente ocupados por mulheres, a Entrevistada 3 reitera: “As chefias são quase sempre masculinas, e as decisões importantes nunca passam pelas mulheres. A gente é incluída no time, mas sem voz real.”

Isto posto, Abreu et al (2016) argumenta que a histórica divisão sociossexual do trabalho interfere, ainda hoje, no mundo laboral, já que este, por sua vez, apresenta as desigualdades existentes também em outros campos da vida social. Portanto, percebe-se que há, ainda, determinações de gênero nas relações de laborais, por mais que as mulheres estejam ocupando maiores espaços nos cursos de graduação.

De acordo com Hirata (2022) e Abreu et al. (2016), no país, 92,6% dos empregados(as) domésticos(as) no país são mulheres. Ademais, esta categoria é extremamente vulnerável às dinâmicas políticas que ocorrem no país.

Desse modo, Castro (2016) argumenta que o mercado de trabalho atual perpetua desigualdades de gênero, as quais são reforçadas pelas expectativas em relação ao "trabalhador ideal". A "culpa feminina" e a "ideologia do autossacrifício" (Huws, 2017), características frequentemente atribuídas às mulheres, também permeiam suas experiências no mercado de trabalho. Essa transferência de expectativas sociais para o ambiente profissional resulta em cansaço crônico e problemas de saúde física e mental entre as trabalhadoras e estudantes que se preparam para ingressar nesse mercado (Huws, 2017).

Em outras palavras, em relação a integração das mulheres na sociedade, de acordo com Bandeira e Almeida (2013), as discriminações, violências domésticas e familiares, dentre outras formas de opressão, não raro se apoiam na condição de subserviente que é relegado o gênero feminino.

Síntese

As experiências relatadas pelas entrevistadas evidenciam a persistência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho, manifestando-se em assédio, discriminação, objetificação e dupla jornada.

As narrativas também revelam a pressão social sobre a aparência e o comportamento feminino, impactando a qualidade de vida. A terceirização, predominantemente feminina, contribui para a precarização do trabalho e a intensificação das desigualdades.

Em suma, a análise das formas contemporâneas de inserção feminina no mundo do trabalho requer a compreensão de como múltiplas dimensões da opressão — como o assédio moral e sexual, a discriminação institucional, a objetificação dos corpos e a sobrecarga da dupla jornada — não se manifestam de modo fragmentado, mas como expressões interligadas de um mesmo processo social estruturante. Tais dimensões são produzidas e reproduzidas pela articulação entre a divisão sexual do trabalho, as exigências do capital e os dispositivos ideológicos de dominação (Bourdieu, 2003).

Conforme argumentam Hirata (2002) e Kergoat (2010), o gênero deve ser entendido como uma relação social historicamente construída, que organiza tanto a inserção no trabalho quanto o reconhecimento social e simbólico do sujeito. Essas relações se articulam, de forma consubstancial, às determinações de classe

e raça (Kergoat, 2010; Antunes, 2005), gerando padrões recorrentes de opressão que perpassam o cotidiano das mulheres, ainda que com diferentes intensidades e formas.

Assim, ao analisar os relatos das entrevistadas, optamos por organizar a exposição empírica em torno de quatro eixos interdependentes: (i) o assédio e a discriminação no ambiente de trabalho; (ii) a objetificação dos corpos femininos como elemento de controle e desqualificação simbólica; (iii) a sobrecarga gerada pela combinação entre estudo, trabalho e vida doméstica; e (iv) os impactos subjetivos dessas vivências na saúde e bem-estar das trabalhadoras em formação. Cada um desses eixos será examinado a seguir, com base nos relatos colhidos e na literatura especializada.

Na próxima sessão, este artigo concluirá com uma análise abrangente dos resultados obtidos nesta pesquisa, oferecendo uma síntese das principais descobertas e reflexões sobre a questão da mulher no mercado de trabalho. Além disso, serão apresentadas perspectivas futuras e sugestões para aprofundar a compreensão desse tema complexo e multifacetado.

CONCLUSÃO

Este artigo teve a pretensão de oferecer uma análise, não total, mas, parcial, da questão da mulher no mercado de trabalho, em especial no campo qualificado do setor de serviços, tal como é o caso das estudantes do curso de Direito entrevistadas.

Dessa forma, a partir de entrevistas com estudantes de Direito inseridas no mercado de trabalho, o estudo identificou indicativos de que a inserção feminina no trabalho qualificado é atravessada por desigualdades de gênero e intensificação do controle laboral. Tais achados, ainda que provisórios e decorrentes de uma investigação de caráter exploratório, contribuem para formular hipóteses relevantes sobre as mediações entre formação profissional, gênero e precarização. Portanto, as análises presentes neste estudo devem ser aprofundadas em pesquisas futuras com maior amplitude amostral.

Realizar um estudo que busque compreender a condição da mulher na sociedade contemporânea nunca é fácil. Para exemplificar, Ana França do século XX, por exemplo, a dificuldade em quantificar e analisar o número de mulheres trabalhadoras demonstra como dados e representações sociais podem ser manipulados para fins políticos, obscurecendo a realidade da participação feminina no mercado de trabalho (Abreu et al., 2016).

De acordo com o relato das entrevistadas, o cenário laboral ainda é persistente quanto aos desafios impostos para as mulheres, já que esse é marcado por assédio, discriminação e desigualdades estruturais. A naturalização dessas práticas, a dupla jornada de trabalho e a pressão social contribuem para o desgaste físico e emocional, impactando a saúde e o bem-estar das mulheres.

Aliado a isso, os dados empíricos evidenciam, com nitidez, que as estudantes-trabalhadoras enfrentam uma sobreposição de exigências, como é o caso das pressões estéticas relatadas pelas entrevistadas desta pesquisa. Tais elementos não apenas reafirmam as desigualdades estruturais no mundo do trabalho, como também indicam que o avanço da presença feminina no setor de serviços qualificados ocorre sob formas renovadas de opressão e controle.

Ainda, a divisão sexual do trabalho e a precarização, especialmente na terceirização, também reforçam a segregação ocupacional e limitam as oportunidades de crescimento profissional.

Nesse âmbito, este estudo tal como outros similares a respeito do assunto indicam que, na atual divisão sexual do trabalho, as atividades que exigem maior qualificação e envolvem tecnologia e conhecimento são majoritariamente ocupadas por homens. Em contrapartida, as funções que demandam grande esforço físico, muitas vezes com menor exigência de qualificação, são predominantemente destinadas às mulheres (Hirata, 2002).

Em outras palavras, processos sociais de hierarquização, como a distinção entre "profissões femininas" (inferiores e simples) e "profissões masculinas" (complexas), são determinantes para se definir como se dá a inserção do gênero feminino no mercado de trabalho (Heinrich, 2024).

Nessa perspectiva, características da condição do gênero feminino, tais como a invisibilidade do trabalho doméstico, a discriminação no mercado de trabalho e a persistência de estereótipos de gênero são apenas alguns dos obstáculos que precisam ser superados para que a igualdade de gênero se torne uma realidade para todas as mulheres brasileiras (Souza-Lobo, 2021).

Dessa forma, como afirma Saffioti (1987), pode-se concluir que subordinação das mulheres é exclusivamente de caráter social. Em outras palavras, tem-se demonstrado que, as estruturas de dominação não são transformadas apenas por alterações dentro do sistema.

Sendo assim, Marx e Engels argumentam que o capitalismo é intrinsecamente incapaz de promover a emancipação plena das mulheres. Apesar da incorporação da força de trabalho feminina no sistema capitalista e das importantes con-

quistas do movimento feminista, as raízes da exploração de todos os trabalhadores e da opressão específica das mulheres ainda permanecem (Siqueira, 2019, p. 17).

O movimento feminista emerge como um instrumento fundamental para a transformação da condição social das mulheres. Caracterizado como uma ação política que engloba teoria, prática e ética, o feminismo reconhece as mulheres como sujeitos históricos (Soares, 1998), impulsionando-as a se engajar na transformação pessoal e social. O movimento defende a construção de um novo sistema que valorize a liberdade e a igualdade para todos os gêneros.

Por fim, por ser intrínseco ao seu modo de funcionamento, a sociedade capitalista não pode existir sem subjugar, discriminar e violar repetidamente os interesses elementares da vida das trabalhadoras. Assim, o imperativo permanece: “Na sociedade capitalista, os interesses da maioria das pessoas só podem ser protegidos de forma limitada e temporária. Portanto, a situação só pode ser alterada fundamentalmente se o capitalismo for abolido” (Heinrich, 2024: 48).

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. R. de P.; Hirata, H.; Lombardi, M. R. (2016). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha*. São Paulo: Boitempo.
- Bairros, L. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3 (2), 458–458. <https://doi.org/10.1590/%0x>.
- Bandeira, L. M., & Almeida, T. M. C. de. (2013). A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do CEAM*, 2(1), 35–46. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, M. (2013). Assédio moral: trabalho, doenças e morte. En: *Seminário Compreendendo o assédio moral no ambiente de trabalho* [manuscrito]: [Anais]/coordenação técnica, Cristiane Queiroz, Juliana Andrade Oliveira, Maria Maeno. São Paulo: Fundacentro.
- Barreto, M.; Heloani, R. (2013). Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. En Lourenço, E. Â. de S.; Navarro, V. L. *O avesso do trabalho III. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas* (107-123). São Paulo: Outras Expressões.
- Bauer, M. W.; Gaskell, G. (2017). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Bourdieu, P. (2003). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- Brasil. IBGE. (2020). *Censo Demográfico, 2020*. Brasil: IBGE.
- Braverman, H. (1981). *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carrijo, J. P. R.; Previtali, F. S. (2024). Qualidade de vida dos estudantes de direito da Universidade Federal de Uberlândia (2017-2022). *Revista Direitos, trabalho e política social*, 10 (18), 1-20. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/16281>.
- Castro, B. (2016). Trabalho perpétuo: O viés de gênero e o ideal de juventude no capitalismo flexível. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 99, 169–199. <https://doi.org/10.1590/0102-6445169-199/99>.
- Dejours, C. (2004). A metodologia em psicodinâmica do trabalho. En Lancman, S. & Sznelwar, L. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (105-126). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2007). Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In Mendes, A. M.; Lima, S. & Facas, E. P. (Orgs.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho* (13-26). Brasília: Paralelo 15.
- Dulzaides Iglesias, M. E. & Molina Gómez, A. M. (2004). Análisis documental y de información: Dos componentes de un mismo proceso. *ACIMED*, 12(2), http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1024-94352004000200011&lng=es&nrm=iso&tlng=es.
- Dyrbye, L. N.; Thomas, M. R. & Shanafelt, T. D. (2006). Systematic review of depression, anxiety, and other indicators of psychological distress among U.S. and Canadian medical students. *Academic Medicine: Journal of the Association of American Medical Colleges*, 81(4), 354–373. <https://doi.org/10.1097/00001888-200604000-00009>.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB.
- Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias e Letras.
- Heinrich, M. (2024). *Introdução a O capital de Karl Marx*. São Paulo: Boitempo.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo.
- Hirata, H. (2022). *O cuidado: teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo.
- Hirata, H.; Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *CADERNOS DE PESQUISA* 37 (132), 595-609.
- Huws, U. (2017). *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Campinas-SP: Editora da Unicamp.

- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP* (86), 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>.
- Lefebvre, H. (1991). *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1990). *Capital Volume I*. United Kingdom: Penguin Classics.
- Mendes, A. M. (Org.). (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método, pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. D. S.; Hartz, Z. M. D. A. & Buss, P. M. (2000). Qualidade de vida e saúde: Um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 7–18. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. Recife, Hucitec.
- Moreira, S. V. (2005). Análise documental como método e como técnica. En Duarte, J.; Barros, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Perotta, B.; Arantes-Costa, F. M.; Enns, S. C.; Figueiro-Filho, E. A.; Paro, H.; Santos, I. S.; Lorenzi-Filho, G.; Martins, M. A. & Tempski, P. Z. (2021). Sleepiness, sleep deprivation, quality of life, mental symptoms and perception of academic environment in medical students. *BMC Medical Education*, 21(1), <https://doi.org/10.1186/s12909-021-02544-8>.
- Previtali, F. S.; Fagiani, C. C. (2014). Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. *Cad. EBAPE. BR* 12 (4), 756-759.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Santos, F. (2002). *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- Saupe, R.; Nietche, E. A.; Cestari, M. E.; Giorgi, M. D. M. & Krahl, M. (2004). Qualidade de vida dos acadêmicos de enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(4), 636–642. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000400009>.
- Siqueira, S. M. M. (2019). *O Marxismo e o combate à opressão contra as mulheres*. Salvador: LeMarx/FACED/UFBA.
- Soares, V. (1998). Muitas faces do feminismo no Brasil. En Borba, Â.; Faria, N.; Godinho, T. (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Souza-Lobo, E. (2021). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular.